

## A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO BRASIL: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

SPECIAL AND INCLUSIVE EDUCATION IN BRAZIL: BIBLIOGRAPHIC REVIEW

EDUCACIÓN ESPECIAL E INCLUSIVA EN BRASIL: REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA

Ana Paula Chaves Messias<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo discuti a Educação Especial e Inclusiva no Brasil, conhecendo a diversidade presente no cenário nacional educacional, constitui em uma temática importante a ser discutida nas políticas públicas. Considera aspectos relativos ao desenvolvimento e a aprendizagem de pessoa com deficiência, implica em pensarmos nos recursos que serão necessários para uma educação de qualidade. Envolve desde a formação de professores até mesmo a preparação de espaço físico, para se pensar na realização do trabalho na escola de acordo com as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Básica Nacional. O intuito deste trabalho é recuperar aspectos importantes da rotina vivenciada a serem pensados quando se trata de Educação Inclusiva a partir de uma pesquisa bibliográfica de alguns autores, evidenciar como o Atendimento Educacional Especializado, pode contribuir para uma educação de qualidade a partir de um trabalho que considere as especificidades de cada aluno. Sendo assim, aborda sobre o cenário da educação inclusiva no Brasil e relata alguns comentários acerca da temática para conseguir com êxito, convidar a participação da família e de outros profissionais, onde será preciso conhecimento e afetividade para alcançar resultados.

1102

**Palavras-chave:** Educação. Inclusão. Cenário. Atendimento Especializado.

**ABSTRACT:** This article discussed Special and Inclusive Education in Brazil, knowing the diversity present in the national educational scenario, constitutes an important theme to be discussed in public policies. It considers aspects related to the development and learning of people with disabilities, it implies thinking about the resources that will be necessary for a quality education. It involves from the training of teachers to the preparation of physical space, to think about carrying out the work in the school according to the Laws of Directives and Bases of National Basic Education. The purpose of this work is to recover important aspects of the routine experienced to be thought about when it comes to Inclusive Education from bibliographic research of some authors, to show how the Specialized Educational Service can contribute to a quality education from a work that consider the specifics of each student. Therefore, it addresses the scenario of inclusive education in Brazil and reports some comments on the subject to successfully invite the participation of the family and other professionals, where knowledge and affection will be needed to achieve results.

**Keywords:** Education. Inclusion. Scenario. Specialized Care.

---

<sup>1</sup> Graduada em Educação Especial na Universidade Santa Cecília – UNISANTA; Pós-graduada em Psicopedagogia Educação Especial e Inclusiva na Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC; Graduada em Licenciatura Plena Pedagogia na Universidade de Franca - UNIFRAN; Técnica em Saúde Bucal e Prótese dentária ESTES-UFU- MG; Psicopedagoga e Professora de Educação Básica e Atendimento Educacional Especializado. E-mail: anapaulachm@yahoo.com.br.

**RESUMEN:** Este artículo discutió la Educación Especial e Inclusiva en Brasil, conociendo la diversidad presente en el escenario educativo nacional, constituye un tema importante a ser discutido en las políticas públicas. Considera aspectos relacionados con el desarrollo y aprendizaje de las personas con discapacidad, implica pensar en los recursos que serán necesarios para una educación de calidad. Implica desde la formación de los docentes hasta la preparación del espacio físico, para pensar la realización del trabajo en la escuela de acuerdo a las Leyes de Directrices y Bases de la Educación Básica Nacional. El propósito de este trabajo es recuperar aspectos importantes de la rutina vivida para ser pensada cuando se trata de Educación Inclusiva a partir de una investigación bibliográfica de algunos autores, para mostrar cómo el Servicio Educativo Especializado puede contribuir a una educación de calidad a partir de un trabajo que considere las particularidades de cada alumno. Por lo tanto, aborda el escenario de la educación inclusiva en Brasil y relata algunos comentarios sobre el tema para invitar exitosamente a la participación de la familia y otros profesionales, donde se necesitará conocimiento y afecto para lograr resultados.

**Palabras clave:** Educación. Inclusión. Escenario. Atención Especializada.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho destaca a realidade e a importância do Atendimento Educacional Especializado (A.E.E.), dentro da instituição educacional para o desenvolvimento cognitivo dos alunos com deficiências, transtornos ou altas habilidades e para estimular a autonomia e independência de acordo com suas limitações e comorbidades.

A Educação Inclusiva atenta-se à diversidade humana e deve incluir todos na educação, seja qual for a etapa de ensino, independente da faixa etária, da raça, cultura ou condições sociais, une a educação comum com a educação inclusiva, possibilitando que a pessoa com necessidade especial de ensino e aprendizagem, esteja inserida no ambiente escolar regular de forma que a estrutura, os profissionais e os materiais pedagógicos sejam preparados para um público com diversidades.

A Educação Especial vem atender aos critérios das condições especiais de cada indivíduo seja ele com deficiência ou não, promovendo aprendizagem e desenvolvimento para todos.

É objetivo deste trabalho: promover uma forma de reflexão sobre a transformação conceitual e a prática do sistema educacional diante da inclusão, com intuito de verificar a realidade da educação inclusiva favorecendo o desenvolvimento, para melhoria da vida pessoal e para interação com a sociedade. Promover uma forma de reflexão e análise sobre a transformação conceitual da inclusão e do sistema educacional que está na L.D.B. Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira e no Plano Nacional da Educação P.N.E., verificar o que é realmente efetivo, o que está

descrito na lei e o que é na realidade e como seria as práticas das ações e o que será de fato realizado de acordo com que é oferecido, considerando os aspectos estruturais, pedagógicos, profissionais e o mais importante o bem estar para todas as partes envolvidas.

De acordo com a lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional L.D.B., no Art. 58. Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede comum de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

O atendimento educacional especializado em instituições públicas e privadas é inserido de forma a complementar o trabalho pedagógico, além do professor regente de aula ou regente de turma, um professor de apoio que tenha a formação em Licenciatura de Educação Especial e Inclusiva ou especialização em Psicopedagogia Institucional ou Clínica. Conforme resolução da superintendência regional educacional, esse profissional acompanha de 1 a 3 estudantes, dependendo a deficiência, transtorno ou síndrome, a disponibilização do profissional será de acordo com laudo médico e outras observações e queixas pedagógicas informadas. Não é recente a necessidade de se pensar em um trabalho junto às especificidades de cada aluno, apesar das normativas e leis que buscam garantir uma educação de qualidade é preciso considerar que tanto os recursos físicos quanto os recursos humanos, devem ser aprimorados para que os objetivos sejam alcançados. As instituições educacionais públicas e privadas, ainda buscam organizar-se, no que se refere à acessibilidade e adequação dos materiais pedagógicos, para que se possa ter profissionais qualificados em atender a demanda, estes são desafios que permeiam este cenário de Educação Inclusiva.

A atenção com Atendimento Educacional Especializado ao aluno com Transtorno Globais do Desenvolvimento T.G.D., com altas habilidades ou superdotação, em acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, com acesso gratuito a todas etapas e modalidades de ensino, preferencialmente na rede regular de ensino, ainda é um desafio, adequar e organizar todos os serviços públicos da educação, de saúde, e de acessibilidade entre outros problemas sociais, famílias que

precisam de apoio e orientações sociais e psicológicas, com comportamentos, ideias e sentimentos diferentes muitas vezes não expressados.

Uma sociedade preparada para lidar com essas adversidades, lidar com este público, que lutam por aceitação, igualdades e qualidade de vida e precisam de políticas públicas que apoiem junto às famílias das pessoas com deficiência, ações que favoreçam o desenvolvimento para sobrevivência destas pessoas.

Para garantir a inclusão da pessoa com deficiência o congresso nacional sancionou a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Na rotina pedagógica, muitos profissionais da educação, encontram barreiras físicas que impedem o início do trabalho por questões de liberação de verbas públicas, licitações e orçamentos. Os equipamentos especializados necessários e os materiais pedagógicos são liberados e as reformas arquitetônicas demoram, pois existem processos de compras licitatórios para aprovação e prejudicam o trabalho pedagógico, onde o profissional utiliza alternativas acessíveis e adaptadas para realizar o trabalho.

Por vezes os desafios tornam-se maiores do que as facilidades, fragilizando o trabalho de profissionais que não encontram o suporte necessário para realizar um trabalho de qualidade, porque se deparam com dificuldades inúmeras que afetam o ensino e aprendizagem: a estrutura da instituição que passa por adaptações, que por muitas vezes não são concluídas, o material pedagógico restrito, a dificuldade de acessar as tecnologias assistivas de informações e comunicações, entre outros fatores. Mas é preciso analisar as condições individualmente, a realidade da comunidade em torna da instituição de ensino, verificar as condições socioeconômicas, condições de trabalho, a falta de investimento pedagógico, aperfeiçoamento profissional e valorização salarial, que interferem e prejudicam a melhor atuação da rotina escolar.

Experiências de vida que possibilitam um educar a si mesmo, uma visão de mundo, que em se tratando de inclusão, serão muitas vezes momentos vivenciados que irão evidenciar sentidos, contatos e trocas.

Sendo assim, alguns autores falam sobre a inclusão com o objetivo de ajudar na rotina dos pais e responsáveis e nos desafios encontrados no cotidiano escolar quanto na vida pessoal, desenvolvendo outras habilidades sociais de convivência.

Analisar a realidade na educação inclusiva e saber da sua importância no desenvolvimento cognitivo e os benefícios que podem trazer para crianças, adolescentes e adultos com alguma deficiência, e se nos obstáculos que são encontrados são realizadas propostas de melhorias, favorecendo os educadores, as famílias e principalmente aos estudantes da educação especial. Para as dificuldades encontradas é preciso criar uma equipe de apoio, para acompanhamento e adequação da estrutura, dos procedimentos pedagógicos e da formação continuada dos profissionais. Apoio que pode ser realizado e executado pelo colegiado ou grêmios ou ainda por todos os membros da escola e da comunidade, para que as ações inclusivas aconteçam de forma interativa.

## METODOLOGIA

A pesquisa de estudos bibliográficos e exploratória, adotada para o desenvolvimento deste artigo, percebe-se que a Educação Inclusiva que realiza o atendimento de pessoas com deficiência ou não, preferencialmente em escolas regulares e não somente em ambientes especializados, faz parte de uma perspectiva desafiadora dentro da Educação Básica.

Base de dados: pesquisa bibliográfica, analisando as leis da inclusão que fazem parte da Constituição Federal Brasileira, institutos de pesquisas, leitura de artigos, revistas da área de educação, análise de entrevista da Pesquisa Nacional de Saúde e tese de doutorado. Foram utilizados as palavras chaves, Educação, Inclusão, Cenário, Atendimento Especializado para a pesquisa no Google Acadêmico

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A educação no Brasil, já vem se adequando há vários parâmetros tecnológicos, pedagógicos, gestão educacional, como as adequações de acessibilidades, para conseguir realizar a inclusão, mas ainda existem outros fatores que devem ser melhorados, através das políticas públicas para o cumprimento da L.B.I. Lei Brasileira de Inclusão, os movimentos sociais e o envolvimento dos pais e responsáveis, a luta

pela acessibilidade, incluir um público que possui limitações e atenção específica está em evolução. É necessária uma sociedade, que insira socialmente a P.c.D. com equidade, para ter acesso aos mesmos ambientes sejam eles educacionais ou não, sendo respeitados os seus limites e aceitos como seres humanos.

Pessoas com deficiência que residem em países em desenvolvimento, enfrentam mais obstáculos para se desenvolver e dificuldades no acesso à cultura, lazer, educação e ao mercado de trabalho, falta inclusão na sociedade.

Foi por meio dos movimentos sociais que a história da deficiência no Brasil e das discussões para uma legislação que atenda os direitos humanos, aconteceu, de forma que garantisse a permanência do acesso das pessoas com deficiência na educação inclusiva e em todas as etapas de ensino, como acesso ao ensino superior e outros desenvolvimentos profissionais. Este é um avanço de uma luta, que iniciou em meados de 1960, no movimento mundial para normalização e adequação para as pessoas deficientes integrando-as na sociedade (Saraiva, 1996).

A luta pela equidade é permanente, seja para estudantes regulares ou com deficiência, desde para uma estrutura institucional com acessibilidade Lei 10.098 do ano 2000, que estabelece normas e critérios para promoção da acessibilidade até ao acesso a matrícula que não deve ser negado, mas as condições internas devem ser revistas, desde o recurso humano e todos os recursos como materiais pedagógicos, técnicas assistivas, intervenções pedagógicas, que irão interferir no desenvolvimento contínuo do aluno.

As instituições de cursos superiores com formações para professores, promove uma formação diversificada, com uma visão ampla, que atende uma sociedade multicultural em um mesmo ambiente, que estão diretamente ligadas com a sociedade pós-moderna e com diferentes posições, opiniões e heterogeneidade de acordo com o desenvolvimento humano. Atua com diferentes conhecimentos e inteligências múltiplas, preparando profissionais para uma realidade de diversidades, por meio do estágio em campo, vivenciando a realidade.

Ter um filho com deficiência exemplifica o que Goffman (1983) vai denominar, no campo do interacionismo social, como uma ruptura da representação do “eu”, onde a projeção de certo conceito de si é vista pelos demais autores como incompatíveis com os padrões de reconhecimento. Para algumas famílias, a deficiência pode gerar

frustração no princípio, mas para outras, uma total dedicação em promover o que for melhor e o que proporcionar maior integração para a inclusão de seu filho, e a readaptação em novas formas de cuidar, com o foco em aprender de acordo com a realidade que lhe foi proposta é o primeiro grande desafio para a família.

É importante estabelecer parcerias que irão promover facilidades na rotina diária e o sucesso da inclusão, é necessário que a família tenha o suporte necessário para viabilizar aspectos inclusivos junto à pessoa com deficiência.

Os desafios resolvidos nas ações para a realização da inclusão de forma interativa, é responsabilidade da sociedade, sendo necessário o envolvimento das ações de políticas públicas para que todas as intervenções estejam de acordo com o Plano Nacional da Educação P.N.E., Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira e Lei Brasileira de Inclusão. A prática avaliativa precisa ser capaz de ir além de avaliar a aprendizagem, mas entender o valor individual de cada aluno, propiciando o crescimento como indivíduo e como integrante de uma sociedade, fato que também é relevante na educação, valorizando as inteligências múltiplas e as habilidades em determinado segmento.

O processo social de inclusão, evidencia a teoria de Lev Semenovitch Vygotsky (1896-1934), para que aconteça o desenvolvimento é necessário interatividade, a relação que cada pessoa estabelece com determinado ambiente, a teoria sociointeracionista, comprova que o ser precisa estar com outros, é necessário que o homem relacione com o seu ambiente, sendo um ser com limitações ou não, ele se forma e se desenvolve cognitivamente, adquirindo contato social, relacionamento interpessoal.

A atuação dos profissionais da escola é fundamental, uma vez que em muitos casos no cotidiano escolar, são identificados com a intervenção do professor, algumas dificuldades cognitivas ou motoras. Quando a criança apresenta dificuldades em algumas das áreas sensoriais, emocionais e/ou intelectuais acabam sendo prejudicadas, pois são áreas interligadas, quando é diagnosticado algum Transtorno Global do Desenvolvimento, Síndromes ou Deficiência. Os resultados que pretendemos alcançar, respeitando suas dificuldades são entre outros: maior interação social, autonomia nas atividades da rotina diária, aumento do contato visual, melhor oralidade, melhora na memória e atenção, maior desempenho motor, aumento da capacidade de aprendizagem, maior expressão e desenvolvimento emocional, maior

autoestima e independência, influenciando positivamente na vida pessoal, tais resultados devem ser de acordo com situação de cada aluno. Assim, conforme estudos de Lev Vygotsky, vamos atingir a zona de desenvolvimento proximal de cada aluno, respeitando o seu desenvolvimento cognitivo e limitações motoras.

A Educação Especial se concretiza por meio do serviço de A.E.E. Atendimento Educacional Especializado, portanto não é compreendida como uma etapa de ensino, trata-se de uma modalidade de ensino para estimular o desenvolvimento de habilidades específicas que servem de base para aprendizagem no ambiente da sala de aula e para uma vida mais independente.

Com base no processo de ensino aprendizagem é interessante para a instituição de ensino, à parceria com a família e com a equipe pedagógica, pois a mediação do professor é essencial em todo processo de aprendizagem, o trabalho realizado com o respaldo nas Leis, L.D.B. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9.394/1996, L.B.I. Lei Brasileira de Inclusão 13.146/2015 e o E.C.A. Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo dever da escola transmitir esses conhecimentos e junto com a família buscar soluções, para que cada estudante seja incluído e tenha um condicionamento assegurado. Nesse sentido importa, prioritariamente a criança, o adolescente ou o adulto que será o nosso sujeito da experiência e da vivência, e devemos visar à formação destes, de acordo com suas limitações, para auxiliar na formação integral ou parcial.

Ainda assim o professor promove neste contexto o respeito, a valorização e o estímulo a cada estudante, por meio de propostas que considerem todo processo dentro e fora da escola. Todas as conotações acima possuem um significado ainda maior, quando lembramos que a Educação é parte importante da formação das crianças que apresentam deficiência.

No Brasil, anteriormente, não se investia no desenvolvimento de recursos financeiros para lidar com este público, continuamos caminhando e adequando a realidade com a lei. O número de pessoas com deficiência também cresceu consideravelmente, conforme resultados divulgados pelo I.B.G.E. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 26/08/2021, aponta-se que 8,4% da população brasileira acima de 02 anos, tem algum tipo de deficiência, o que representa 17,3 milhões de pessoas, sendo quase metade dessa parcela (49,4%) são de idosos. E no mundo, mais



de 1 bilhão de pessoas tem algum tipo de deficiência, de acordo com os dados da O.M.S. Organização Mundial de Saúde 2011.

Sendo assim, é importante destacarmos algumas leis que fazem parte da Educação Básica do A.E.E. Atendimento Educacional Especial, Resolução CNE/CEB nº07 14/12/2010: artigos 41 e 42.

Assim como, a Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial os artigos 5, 6, 15, 16, 17, 18, 19 e 53.

Parágrafo único. Os recursos de acessibilidade são aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência e mobilidade reduzida, por meio da utilização de materiais didáticos, dos espaços, mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e outros serviços (BRASIL/ECA, 1990, p.9).

Pela lei, consideramos que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais e direitos e deveres individuais e coletivos e o direito à liberdade compreendido nos itens I ao VII do artigo16.

Os profissionais da educação precisam estar atentos a Constituição Federal Brasileira, ao P.N.E. Plano Nacional da Educação e ao E.C.A. Estatuto da Criança e do Adolescente, vale destacar o Artigo 53 que está diretamente relacionado ao ambiente escolar:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

I igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (BRASIL/ECA, 1990)

Atentando-se ao processo de reabilitação da criança, do adolescente ou do adulto com deficiência, um conjunto de ações, que tem por objetivo fornecer o apoio para alcançar uma melhoria na comunicação e maior autonomia, respeitando os limites

de cada um e favorecendo uma integração social, utilizando métodos de adaptação, suportes, dispositivos eletrônicos e tecnologia assistiva.

Tecnologia Assistiva - TA é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão. (BERSCH & TONOLLI, 2006)

A tecnologia assistiva utilizada no processo educacional, promove o estímulo no desenvolvimento cognitivo, na escrita e na linguagem, e o que a educação pode trazer para crianças, adolescentes e adultos com alguma deficiência, promovendo socialização, autonomia e a independência em algumas atividades do cotidiano.

Os estigmas: “falta de inteligência, defeito, déficit,” impõe as pessoas com deficiência à condição de seres desacreditados socialmente. A sociedade, muitas vezes, julga a deficiência sem ao menos prestar a devida assistência. Não valorizam às atividades que as pessoas com deficiência possam vir a desempenhar, ou seja, suas ações e decisões, não têm muita importância, pois, já se tem em mente que essas pessoas são vistas como incapazes de produzir ou interagir.

Os alunos com acesso à educação especial, são aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação, mas temos estudantes com defasagem de aprendizagem que precisam de auxílios na Educação Especial. A partir do momento que se tem a inclusão desses alunos dentro da escola, há a necessidade de saber como adotar métodos para atender este público ou seja, as atividades devem proporcionar a este público desenvolvimento cognitivo e motor, mesmo com as limitações e devemos favorecer a inclusão dentro e fora do grupo que está inserido.

A Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015 Lei Brasileira de Inclusão, estabelece os direitos básicos das pessoas com deficiência. As pessoas com deficiência, antes mesmo de serem assim consideradas, são seres humanos que, deveriam obter do Estado, de seus familiares e como cidadão, direitos e garantias fundamentais que lhes são assegurados pela Constituição Federal, sejam eles direito à vida, liberdade, igualdade, não discriminação, acessibilidade, segurança, propriedade, educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência social.

De acordo com os apontamentos de Barbosa e Gomes é importante que todo Educador assuma todo e qualquer aluno:

[...] Enquanto os docentes não modificarem e redimensionarem sua prática profissional para ações mais igualitárias, isto é, não se posicionarem efetivamente como responsáveis pelo ato de educar também alunos com necessidades educacionais especiais, o professor terá diante de si um obstáculo e não um estímulo para aproveitar todas as oportunidades de formação permanente. (BARBOSA; GOMES, 2006 p.8).

É preciso que as instituições do ensino superior, com formações para professores, adotem uma formação diversificada, com uma visão ampla para atender uma sociedade biodiversa, para atuar com diferentes conhecimentos, preparados para uma realidade de diversidades e que através do estágio em campo, com os professores de instituições públicas e privadas do ensino superior, enquanto estudantes, tenham um contato com a realidade, conhecendo o campo da sua atuação.

Diante de algumas observações negativas ou positivas, daqueles que não acreditam na inclusão, o professor como mediador da aprendizagem de um estudante com deficiência, pode adotar métodos para ter desenvolvimento cognitivo ou para aquisição da autonomia, respeitando suas dificuldades e limitações.

As parcerias com a família ou responsáveis e atuação do governo com as políticas públicas, as ações da equipe pedagógica com profissionais de outras áreas, promovendo um processo multiprofissional, fundamentais para o processo de Inclusão e desenvolvimento de todos os estudantes. Segundo Silva (2002), alerta quanto à tarefa prioritária da educação especial, que de acordo com a Constituição Federal do Brasil, até o momento, é de elevar o nível de competência técnica das pessoas com deficiência, em uma luta para a inclusão social.

A formação docente para a Educação Inclusiva, ainda faz parte de uma perspectiva desafiante, os professores trazem dúvidas, receios, angústias e medo, e, muitas vezes se sentem incapazes de lidar com este público. Ainda há muitos profissionais que possuem formação em Educação Especial e Inclusiva ou em Psicopedagogia, mas não trabalham no A.E.E. Atendimento Educacional Especializado. Mesmo que a formação docente prepare ao longo do curso para uma educação diversificada, muitos profissionais não acreditam na educação inclusiva, porque não acreditam na inclusão. É preciso que o Ministério da Educação continue com treinamentos, estimule e incentive a formação continuada, incluída com a prática

na vivência que os profissionais da educação, tenha além do conhecimento científico a vivência para adquirir o conhecimento prático e entender o trabalho realizado pelo Professor de Educação Básica de Apoio ao A.E.E.

Para os profissionais da educação é preciso que reconheçam, todos os estudantes são capazes de aprender, aprendizagem não somente ligada a conteúdos, mas a convivência social, favorecendo com que a educação seja construída com equidade na acessibilidade, rompendo barreiras sensoriais, atitudinais e físicas, nas intervenções pedagógicas e nas interações da gestão com a equipe pedagógica.

De acordo com Aranha e Silva:

[...] Pensar na Educação Inclusiva como uma possibilidade de construção de uma sala de aula melhor na quais alunos e professores sintam-se motivados a aprender juntos e respeitados nas suas individualidades, parece que realmente pode vir a ser um progresso na história da educação brasileira. (ARANHA, SILVA; 2005, p.4).

Mesmo diante das leis que regem o nosso país, muitas instituições ou até mesmo os profissionais da educação ainda não sabem como utilizar a melhor forma para acessar os benefícios que estas podem proporcionar, a família que possui essas informações consegue em parceria com a educação, exigir dos governos o acesso para atender essa demanda, mas é necessária a informação sobre a existência desta legislação sobre o que é de direito, para favorecer um público que por muitas vezes encontra apoio e assistência de outras áreas, seja ela educacional, social, política médica ou psicológica e poucas políticas públicas.

Sendo assim, alguns autores já buscavam um trabalho integrado entre família - sociedade - educação, defendem uma educação inclusiva, com direitos acessíveis.

Em resumo: para os defensores da inclusão escolar é indispensável que os estabelecimentos de ensino eliminem barreiras arquitetônicas e adotem práticas de ensino adequadas às diferenças dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade, além de recursos de ensino equipamentos especializados que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com ou sem deficiências, mas sem discriminações (Mantoan, 1999, 2001, Forest 1985)

Este é o desafio de uma escola para todos, para o ensino aprendizagem e para a convivência com a diversidade. A escola que no início da história, era destinada para a elite, atualmente se tornou popular, valorizando e promovendo as ações dos alunos, dos professores e de toda equipe pedagógica, de acordo com as necessidades de cada um, oferecendo condições de aprendizagem para todos.

O acesso a inclusão, analisando os movimentos sociais de lutas anteriores, era colocada em segundo plano, atualmente percebe-se que as intervenções por direitos e deveres continuam sendo pontuadas com a L.D.B. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional Brasileira 9394/96.

Neste contexto, cito, Paulo Freire, argumenta que, no fundo, passa despercebido a nós que, foi aprendendo socialmente, que mulheres e homens, historicamente, descobriram que é possível ensinar, e faz a seguinte referência:

Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que percebemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais, nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente, se cruzam cheios de significação (FREIRE, 2002, p.49).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação é a base e se inicia com a família onde acontece o primeiro contato com o mundo, a inclusão não acontece somente na escola, mas em todos os lugares que promovem a socialização.

No Brasil, estamos vivendo um momento de crise econômica e política, mas mesmo diante desta situação, as adequações das instituições de ensino enquanto estruturas arquitetônicas com acessibilidade, precisam ser realizadas, possibilitar o direito de ir e vir, respeitando os direitos e deveres da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Brasileira de Inclusão.

O Atendimento Educacional Especializado precisa de parcerias, família, escola, outras áreas profissionais que favoreçam e buscam soluções para este público e principalmente políticas públicas governamentais, para que esta inclusão seja realidade, é necessário fazer valer os pilares da Educação, aprender a conhecer, a fazer, a viver e a ser, valorizando todo o contexto educacional.

O movimento social mundial para acontecer à integração das pessoas com deficiência, iniciou a partir dos anos 80 o ano internacional da Pessoa com Deficiência, realizado pela O.N.U., durante este período o Brasil também ficou marcado por muitas lutas sociais, realizadas por uma população marginalizada, neste período aconteceu a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Brasil.

A partir de 1988 a Constituição Federal Brasileira, assegurou o direito à educação às pessoas com deficiência, o que trouxe um avanço social muito importante para que a inclusão aconteça e seja realidade atualmente.

A inclusão social possui características próprias que muitas vezes não pode ser explorada nos métodos convencionais, promove para o profissional e para os estudantes reações positivas e a pessoas sendo com deficiência ou não, desenvolve de acordo com suas limitações, e um bom trabalho de ensino e aprendizagem aumenta autoestima e o autoconhecimento do educador e do educando, além de integrar e facilitar socialmente parte da rotina da vida da família que convive diariamente. A inclusão social influencia no desenvolvimento contínuo da criança, do adolescente e/ou de um adulto, promovendo a efetivação da autonomia, a maior preocupação é saber como incluir, e esse fator deve ser discutido entre pais, professores/educadores, e pesquisadores da Educação Especial.

Sendo assim a Lei 13.146/2015 lei Brasileira de Inclusão insere a pessoa com deficiência na sociedade e faz parte do ambiente escolar e estabelece punições para atitudes de discriminação. Trouxe grandes mudanças de acessibilidade para os profissionais na educação sendo importante exigir não somente das instituições educacionais, mais também das instituições de saúde, e de todo o local público que recebe a pessoa com deficiência, uma atenção realmente eficiente para que a inclusão exista com acessibilidade.

É preciso que os pais denunciem as dificuldades encontradas, seja qual for o ambiente, para fazer vigorar a lei de direito a inclusão. Para que a Educação Especial e Inclusiva no Brasil aconteça é necessário interação com os professores e com toda a equipe pedagógica, considerando acessibilidade, as ações pedagógicas, a parceria com a família e com outros profissionais, buscar novos materiais pedagógicos, proporcionar condições de trabalho e outros fatores que possibilitaria para os profissionais mais subsídios e confiança, diante dos desafios dentro da escola, infelizmente alguns fatores dentro da escola, falta de material, acessibilidade tecnologia assistiva, ou até mesmo a falta de conhecimento da família, dificultam o processo de inclusão. Mas não são os obstáculos vividos na realidade, que farão desistirmos da Inclusão, as leis, as informações, o envolvimento das instituições escolares com outros profissionais, o reconhecimento profissional e as políticas públicas voltadas para a Inclusão, serão

incentivos para alcançarmos o sucesso da Educação Especial e Inclusiva no Brasil, lembrando que a ação do professor como mediador tem grande influência no sucesso das ações e a maior gratificação é fazer com que essas pessoas sejam incluídas e respeitadas neste mundo de diversidades.

O trabalho da equipe pedagógica favorece a rotina, organiza o tempo e o espaço escolar, regulando a própria vida escolar, alcançando resultados no ensino e aprendizagem, são ações essenciais em qualquer etapa de ensino da educação básica e adotadas também por aqueles que deseja alcançar algum objetivo na vida pessoal ou na vida profissional. O trabalho em equipe segundo Rodrigues:

[...] indica movimento, transformação e é indissolúvel, não podendo ser, portanto, desmembrada, separada, anulada. Pode se conceber, assim, a sala de aula como uma unidade de tempo e espaço, em que o movimento e a transformação são constantes, em que professores e alunos aprendem e se desenvolvem e em que as práticas escolares educativas e o trabalho do professor são construídos. (RODRIGUES, 2009, p.12)

A inclusão está diretamente relacionada com o envolvimento social e acolhedor de uma instituição, oferecendo qualidade e igualdade de atendimento que serão vivenciadas pelas pessoas com deficiência e/ou responsáveis, diretamente ligada com a sua vida dentro da sociedade promovendo uma perspectiva mais bem voltada para o desenvolvimento. Os educadores e os estudantes são importantes integrantes da escola, com foco no ensino e aprendizagem para todos, adotando uma perspectiva educacional inclusiva, realizada de forma multiprofissional. Pensar em formas de permitir que as pessoas com deficiência sejam incluídas na sociedade é dever de todos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M.S. SILVA S.C. Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.11, n.3, p.4,2005.

BARBOSA, A; GOMES, C. Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.12, n.1, p.8, 2006.

BASTOS, O.M.; DESLANDES, S.F. A experiência de ter um filho com deficiência mental: narrativas de mães. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24 (9): 2141-2150, set, 2008.

BERSCH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Tecnologia e Educação, Porto Alegre – R.S., 2013.

BRIANT, M.E.P.; OLIVER F.C. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Relato de Pesquisa, Marília, v.18, n.1, p.141-154, Jan.- Mar., 2012.

BRASIL. **Deliberação Estadual nº 16/99** – CEE – Normas para elaboração do Regimento Escolar, de 12 de novembro de 1999, Estado do Paraná.

BRASIL **Lei n. 8069-90**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91764/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-lei-8069-90#art-17> Acesso em: 6 mai. 2017.

BRASIL **Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira L.D.B Art. 58. Educação Especial. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Acesso em: 6 mai. 2017.

BRASIL **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 6 mai. 2017.

BRASIL **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Lei que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1009.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1009.htm) Acesso em: 27 jul. 2022.

DECHICHI, C.; FERREIRA, J.M.; SILVA, L.Z. (2012, P.24-26). **Educação especial e inclusão educacional: discussões, práticas e depoimentos dentro das redes de ensino**. Vol.6, Série: Novas pesquisas e relatos de experiências; Uberlândia: Edufu

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Editora Vozes; 1983.

Google Acadêmico **Teoria de Lev Vygostky** Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-T&as\\_sdt=0%2C5&q=lev+vygostky+teoria+em+portugu%C3%AAs&oq=lev+vygostky+#d=gs\\_qabs&t=1658942759283&u=%23p%3Dtyo50EwCDJ4J](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-T&as_sdt=0%2C5&q=lev+vygostky+teoria+em+portugu%C3%AAs&oq=lev+vygostky+#d=gs_qabs&t=1658942759283&u=%23p%3Dtyo50EwCDJ4J). Acesso em: 27 jul. 2022.

KLAUS, M.H.; KENNELL J.H.; KLAUS, P.H. **Vínculo: Construindo as bases para um apego seguro e para a independência**. Porto Alegre: Editora Artmed; 2000.

NOVA ESCOLA. São Paulo: Editor Abril, ano. 30, n. 284, ago.2015.



MONTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por que? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003 (Coleção Cotidiano Escolar)

MATURANA, A.P.P., CIA, F., **Cia Educação Especial e a Relação Família - Escola: Análise da produção científica de teses e dissertações.** São Paulo 2014.

MENDONÇA, S., A. A. Educação Especial e Inclusão Educacional: Formação Profissional e Experiências em Diversos Contextos. **Revista Profissão Docente on line:** Uberaba, v.12, n. 25, p.126-130, jan/jun 2013.

MORAES, R.L. **Linguagens e suas Tecnologias.** Ensino Médio Projetos integradores + Ação na Escola e na Comunidade, São Paulo, v. único, p.11-26, 2020.

**Portal do Governo Brasileiro** I.B.G.E. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 27 jun. 2022.

**Pesquisa Nacional de Saúde (P.N.S.) de 2019** Disponível em: <http://www.cnnbrasil.com.br/noticias/brasil-tem-mais-de17milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-segundo-ibge/> Acesso em: 27 jun. 2022.

RODRIGUES, E. S. S. **A organização do tempo pedagógico no trabalho docente: relações entre o prescrito e o realizado.** (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba, 2009.

SCHIPPER,C. M., VESTENA, C. L. B., Características do raciocínio do aluno deficiente intelectual à luz da Epistemologia Genética. Paraná 2014.

Secretaria de Educação Especial - Ministério da Educação [portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-especial-sp-598129159](http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-especial-sp-598129159) Acesso em: 25 fev. 2022.

SILVA, E.J.C., Investigação clínico-epidemiológica em um modelo de educação inclusiva visando ao estudo de transtornos do desenvolvimento [**Tese de Doutorado**], Rio de Janeiro: Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz; 2002.

SILVA, C.M., SILVA, D.N.H., **Libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola?** Brasília - DF, outubro 2014.